



Novos caminhos da disponibilização da informação na Torre do Tombo:

Digitalização de instrumentos de descrição antigos ■



O INSTITUTO DOS ARQUIVOS Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) vai disponibilizar no seu sítio *web* (<http://www.iannt.pt>), a partir de Janeiro de 2007, mais de meia centena de instrumentos de descrição documental (IDD's) antigos, na maioria manuscritos, os quais até agora apenas podiam ser consultados presencialmente no Serviço de Referência, no edifício do Campo Grande. Trata-se de um conjunto de índices, catálogos e inventários produzidos desde o século XVIII para dar acesso a vários dos fundos e colecções documentais mais antigos da Torre do Tombo (Chancelarias Régias, Corpo Cronológico, Gavetas,

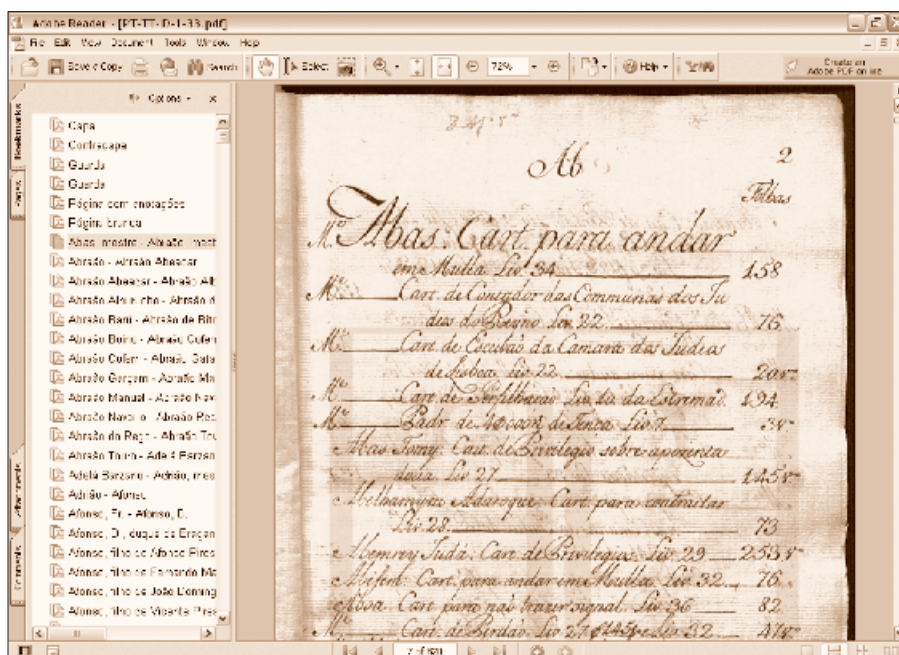
Desembargo do Paço, Tribunal do Santo Ofício, Chancelarias da Ordem de Avis, Cristo e Santiago, etc.) e que até há bem pouco tempo, na sua maioria, eram frequentemente manuseados, factor que contribuiu decisivamente para a sua acelerada degradação. Por este motivo, para garantir a sua preservação, muitos deles tiveram de ser retirados da consulta directa, sendo a sua leitura apenas facultada através de procedimentos especiais.

Tornava-se, por este motivo, inadiável encontrar soluções tecnológicas que permitissem preservar e disponibilizar os conteúdos destes documentos. Num período recente, estas tinham



Neste número

- 01 • Digitalização de instrumentos de descrição antigos
- 03 • Um imperativo cultural e nacional
- 04 • Arquivo Municipal do Porto vê certificada a qualidade do seu sistema de gestão
- 05 • MIP (Metainformação para a Interoperabilidade)
- 06 • Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros
- 08 **ARQUIVOS DISTRITAIS**
 - Arquivo Distrital de Bragança – 90 Anos 1916-2006
- 09 **REUNIÕES INTERNACIONAIS**
 - COLUSO
 - EAG – European Archives Group
- 09 • II Encontro de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos
- 10 **INFORMAÇÕES**
 - Apoio técnico à qualificação de Arquivos
 - Principais Publicações em 2006
- 12 **AGENDA**
 - EXPOSIÇÃO 1936 – 70 Anos Depois, Memória e História – Terrafal e Guerra Civil de Espanha



passado pela digitação massiva de dados, para facilitar a pesquisa em texto livre, nem sempre com resultados satisfatórios, devido sobretudo às imperfeições das fontes originais, difíceis de contornar rapidamente e de modo normalizado. Acresce que estas soluções implicavam custos bastante elevados para a sua implementação, pelo que se optou por encontrar vias alternativas, semelhantes às adoptadas em outros projectos internacionais. Estas passaram:

- a) pela digitalização de preservação aplicada aos instrumentos de descrição seleccionados;
- b) pela produção de meta-informação associada a cada objecto digital;
- c) pelo desenvolvimento de um modelo que permitisse transferir a prática de pesquisa do ambiente analógico para o virtual, com vantagens adicionais em relação ao sistema existente.

Nesse sentido, foram produzidos c. de 40 mil registos de meta-informação, bem como igual quantidade de imagens (matrizes e cópias) dos instrumentos de descrição, as quais ocuparam c. de 243 gigabytes de espaço de armazenamento digital.

Para cada documento integrado na colecção de instrumentos de descrição da Torre do Tombo, foi ainda elaborada uma descrição, à qual se associou a respectiva meta-informação arquivística, da qual destacamos os termos de indexação iniciais e finais de cada fólio ou página/imagem digitalizada, de modo a facilitar a sua pesquisa. As imagens matrizes foram capturadas directamente dos originais, em escala de cinzentos, com uma resolução de 200 dpi's, em formato tiff, sem compressão, com meta-informação técnica associada, permitindo a criação de um produto digital normalizado, com qualidade suficiente para garantir a sua autenticidade, tendo em vista a sua preservação a longo prazo. Estas apresentam uma marca óptica com o logotipo do IAN/TT, desenvolvida especificamente para este projecto.

A colocação das imagens dos instrumentos de descrição na *web* será efectuada através do *software* DServe, cujo modelo de disponibilização, neste caso, foi adaptado de modo a permitir o acesso a ficheiros em formato pdf. Este vem facilitar a ampliação e a redução directa das imagens, alargando assim as possibilidades

da sua visualização em relação aos produtos obtidos em anteriores projectos, como o «TT Online». A solução encontrada vai permitir ainda a disponibilização na *Internet* dos instrumentos de descrição na íntegra, através de ficheiros em formato pdf, podendo o utilizador efectuar a navegação através de marcadores «bookmarks», produzidos a partir de termos de indexação recolhidos na meta-informação arquivística.

Este trabalho é o resultado da 1.ª fase do Projecto ID_on, desenvolvido em 2006 com o envolvimento de uma equipa empenhada de colaboradores da Direcção de Serviços de Arquivística, do Núcleo de Transferência de Suportes, de técnicos do PEPAP – Programa Estágios Profissionais na Administração Pública, de estagiários dos cursos de Ciências Documentais da Universidade Lusófona e da Universidade Nova de Lisboa, sobre a coordenação dos signatários, e com a preciosa colaboração dos técnicos de Informática do IAN/TT. Está prevista uma 2.ª fase do Projecto para 2007, que deverá incluir outros IDD's muito solicitados, indo para além do universo dos que se encontram em mau estado de conservação.

Com a concretização da 1.ª fase do Projecto ID_on, o IAN/TT contribuiu ainda para o cumprimento dos objectivos do Plano Tecnológico, abrindo caminho para medidas inovadoras de disponibilização da informação arquivística da Torre do Tombo na *Internet*, potenciadoras da construção da Sociedade do Conhecimento.

Anabela Ribeiro

COORDENADORA DO NÚCLEO
DE TRANSFERÊNCIA DE SUPORTES

Pedro Penteado

DIRECTOR DE SERVIÇOS
DE ARQUIVÍSTICA

Um imperativo cultural e nacional ■

PARTE IMPORTANTE DO PATRIMÓNIO cultural medieval de Portugal tem como suporte o pergaminho: é um património riquíssimo de fontes textuais que importa conservar, disponibilizar, estudar e divulgar.

A concretização destas quatro vertentes da preservação da *herança textual de Portugal* — conservação, disponibilização, estudo e divulgação — constitui um imperativo cultural e nacional, que obriga e interpela não apenas as instituições responsáveis pela custódia física dos manuscritos, mas também a comunidade científica, e logo, as universidades. Uma ferramenta fundamental para o cumprimento deste imperativo é a *digitalização directa em alta resolução* dos manuscritos medievais, grande parte dos quais é constituído por textos não literários, nomeadamente, documentação notarial.

A *digitalização directa em alta resolução* é a solução tecnologicamente mais avançada e que mais garantias dá de fidelidade aos originais, e de durabilidade e longevidade.

Convém precisar o significado de vários termos:

1. *digitalizar directamente* significa que as matrizes são produzidas directamente a partir dos objectos a reproduzir, sem recurso a outro modo de captura das imagens — se é possível (e nalguns casos, necessário) digitalizar microfílm ou *slides* com imagens de manuscritos, é forçoso reconhecer que as matrizes resultantes serão apenas reproduções digitais directas de microfílm e de *slides*, não dos manuscritos; a *digitalização directa* dos originais gera matrizes digitais de primeira geração, garantindo fidelidade e controle absoluto da

captura das imagens, e é, em nosso entender, a única base séria para a constituição de um *arquivo digital*;

2. *digitalizar em alta resolução* (com concomitante controle de iluminação e de cor através de normas internacionais) significa: a) que as matrizes produzidas não são alvo de qualquer tipo de processamento de compressão ou de manipulação de cor no momento da captura, e b) que a resolução obtida é a maior que a tecnologia de fotografia digital profissional oferece actualmente — dada a natureza delicada e preciosa das fontes medievais não faz qualquer sentido optar por padrões de resolução reduzida.

As matrizes digitais de alta resolução são ficheiros de imagem muito pesados que, podem, no entanto, em qualquer momento e em função de necessidades ou objectivos específicos, dar origem a imagens derivadas com um grau inferior de resolução e de qualidade, por exemplo, para disponibilização num *arquivo online*. Podem também ser copiadas *ad infinitum* sem qualquer deterioração da informação original capturada pela câmara digital.

A documentação antiga de Portugal é uma componente de valor inestimável do nosso património cultural: não só os textos de teor notarial ou legal são fontes históricas preciosas, como são *fontes linguísticas primárias* que testemunham o desenvolvimento histórico da escrita em Portugal e da língua portuguesa ao longo de vários séculos desde pelo menos o século IX.

O actual panorama do conhecimento das fases pretéritas da história da língua não é satisfatório:

grande parte da documentação permanece inédita, e a maioria das edições existentes, feitas por historiadores e para historiadores, é, em larga medida, inútil para o estudo linguístico aturado dos documentos, por assentar em critérios que não respeitam a integridade do sistema grafémico medieval. Estas lacunas obrigam os filólogos a recorrer à consulta directa dos manuscritos, mesmo quando os documentos se encontram publicados. Ora, a consulta directa dos manuscritos não resolve todos os problemas de transcrição. A *digitalização directa em alta resolução* oferece aos estudiosos a possibilidade de consultarem imagens fidedignas dos originais sem necessidade de exposição e manuseamento dos manuscritos, e possibilita também toda a sorte de manipulação das imagens em computador, o que permite aos investigadores *ver* o manuscrito e o texto com detalhe e precisão que a observação a olho nu (mesmo assistida de lupa) não permite minimamente.

A digitalização da documentação antiga de Portugal deve ser encarada hoje, não como uma opção possível entre vários procedimentos e tecnologias disponíveis, não como um procedimento experimental ou casuístico, mas sim como um imperativo de ordem cultural e nacional: o que está em causa é pôr a melhor tecnologia ao serviço da nobre (e urgente) missão de conservação e disponibilização da herança cultural de Portugal.

António Emiliano

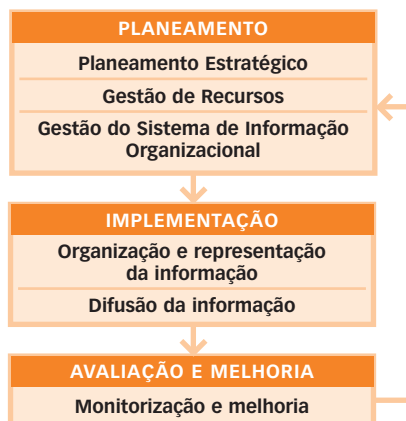
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS (UNL)
ah.emiliano@fcs.h.unl.pt

Arquivo Municipal do Porto vê certificada a qualidade do seu sistema de gestão ■

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL de Arquivos da CMPorto, a 11 de Outubro de 2006, cumpriu uma *nova etapa* no processo de modernização dos respectivos serviços, ao obter o certificado de conformidade para o seu Sistema de Gestão, segundo os requisitos da norma NP-EN ISO 9001:2000.

A cerimónia de entrega do diploma decorreu no auditório da Casa do Infante, no passado dia 10 de Novembro, com a presença do Presidente da Câmara Municipal do Porto, do Director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e de um representante da SGS ICS, a entidade responsável pela auditoria ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) no arquivo municipal e pela sua posterior acreditação junto do IPAC.

A gestão da qualidade é hoje um imperativo das Organizações e uma exigência incontornável para ultrapassar os problemas estruturais com que se debate a sociedade portuguesa. E, por essa via, *aos Arquivos não pode deixar de estar também reservado um papel determinante*. É cada vez mais evidente que a Informação constitui «matéria-prima», por excelência, e se tornou num precioso «activo» das Organizações, as quais tendem hoje a valorizá-la de modo mais consciente. Para ser eficaz, a informação necessita de estar bem organizada, depurada e acessível. Mas para se revelar atraente, precisa também de ser expedita e rentável. Por isso, *o próximo grande desafio* – após um quarto de século de interessante debate epistemológico sobre a Arquivística e o objecto da profissão – *dirá respeito à gestão da qualidade nos serviços de Arquivo, enquanto processadores e mediadores de informação*.



Neste sentido, a Câmara Municipal do Porto tomou a decisão estratégica de promover, desde já, um SGQ no respectivo Departamento de Arquivos. Atendendo à transversalidade da sua função instrumental face à estrutura administrativa da Autarquia e, também, porque se lhe reconhecia um conjunto de boas práticas e maturidade organizativa para poder responder às exigências da aplicação da Norma NP-EN ISO 9001:2000, o Gabinete da Presidência incluiu o Arquivo entre os primeiros serviços a certificar o seu sistema de gestão. A implementação do SGQ decorreu ao longo de um ano de trabalho intensivo, num quadro de formação-actação orientada pela SGS Portugal e com recurso a financiamento externo, através do programa Foral.

O SGQ não é mais que uma ferramenta de gestão, normalizada internacionalmente, e que obedece a um conjunto de *princípios orientadores*: **1.** Abordagem da gestão como Sistema; **2.** Abordagem da gestão por Processos; **3.** Focalização no Cliente; **4.** Liderança e envolvimento da Gestão de Topo; **5.** Envolvimento e desenvolvimento dos Colaboradores; **6.** Tomadas de decisão baseadas em factos;

7. Resultados mensuráveis e evidenciados em registos; **8.** Monitorização, avaliação e melhoria contínua, etc.

A gestão do Arquivo é condicionada pelo *Planeamento Estratégico*, definido ao mais alto nível, e deve ser acompanhada por um rigoroso *Planeamento Operacional* (objectivos dos processos e cronograma de actividades). Os resultados dos Processos necessitam de ser regularmente monitorizados e a qualidade dos serviços e produtos é avaliada de diverso modo, seja pela verificação das não conformidades, reclamações e sugestões de melhoria, seja através de inquéritos, estatísticas, indicadores de produção, etc. O aperfeiçoamento do sistema é controlado por registos específicos, consignados num *Plano de Melhoria*.

O SGQ assenta num conjunto de documentos reguladores que, no caso do Arquivo Municipal do Porto, são basicamente: o Manual da Qualidade, 27 Procedimentos, 3 Normas de funcionamento, 116 Instruções de Trabalho, 157 Modelos e 75 Descrições de funções, além do Plano de Segurança.

O processo de desenvolvimento foi exigente, mas os *resultados* estão a ser muito positivos. A confiança da generalidade dos colaboradores, a satisfação já evidenciada pelos clientes e a criação de meios para introduzir melhorias há muito reclamadas, contam-se entre os benefícios directos deste novo desafio, em busca de melhor qualidade no Arquivo. Mas é apenas o princípio... pois o espírito da norma de referência reclama a *melhoria contínua* do sistema.

Manuel Luís Real

DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ARQUIVOS DA C.M. DO PORTO

MIP (Metainformação para a Interoperabilidade) ■

UM DOS PONTOS CRÍTICOS PARA o sucesso do governo electrónico é a interoperabilidade.

A interoperabilidade manifesta-se em várias plataformas paralelas de desenvolvimento: tecnologia, serviços, normalização, comunicação esta última envolvendo semântica (o significado das coisas) e sintaxe (a forma como as coisas são comunicadas).

É nesta última componente – comunicação – que se insere a metainformação. Na prática pretende-se que diferentes recursos de informação sejam descritos através de elementos comuns que todos utilizem e consequentemente todos compreendam da mesma forma.

Para além das vantagens decorrentes da eficácia na pesquisa e recuperação de recursos apresenta ainda a possibilidade da informação ser reutilizada poupando tempo e aumentando a eficácia dos serviços. Desta forma, tanto o público em geral como as organizações produtoras são beneficiadas.

Neste âmbito dois objectivos são considerados pelo IAN/TT como estratégicos:

- A criação de uma estrutura de classificação comum que normalize e generalize a classificação aplicada a documentos de arquivo;
- A criação de um esquema de metadados que, ao ser aplicado, normalize elementos descritivos normalizados dos recursos de informação produzidos na AP.

Focaremos neste texto a nossa atenção no segundo objectivo.

O esquema de metadados foi desenvolvido pelo IAN/TT após um trabalho de levantamento sistemático dos vários esquemas de metadados produzidos em países membros como terceiros no contexto da interoperabilidade e do

Governo electrónico. A maior parte dos esquemas consultados pode ser reduzido a um conjunto de elementos comuns muitas vezes baseados em estruturas normativas internacionais como o *Dublin-Core*, ou o *MoReq*, entre outras.

Após essa recolha optou-se por escolher os elementos comuns que se encontram patentes num ou noutro esquema analisado embora não se encontrem todos os elementos escolhidos presentes em qualquer dos esquemas estudados.

Os objectivos que presidem a esta estrutura que foi baptizada de MIP (Metainformação para a Interoperabilidade) consistem em

1. assegurar a aplicação de elementos comuns a qualquer organização produtora de recursos de informação de forma a possibilitar a interoperabilidade;
2. assegurar a capacidade evidencial do recurso de informação estando neste caso tendencialmente orientada para o documento de arquivo.

No entanto a estrutura é em princípio aplicável a qualquer recurso de informação, seja ele um documento bibliográfico, um sítio *web*, um serviço oferecido ao cidadão.

Esta dualidade funcional permite, esperamos, facultar ao cidadão e ao agente produtor a possibilidade de simultaneamente pesquisar e aceder à informação de forma generalizada e intuitiva (o mesmo termo está presente e tem o mesmo significado em qualquer organização). Particularmente à organização produtora permite a gestão da informação através da normalização dos elementos que a descrevem e naturalmente permitem a sua gestão, acesso e recuperação.

A estrutura de metadados pode ser aplicada ao recurso de infor-

mação em qualquer momento e mesmo em diversos momentos da sua vida operacional. Um primeiro momento será no acto de registar o documento, quando se considerar a referência de recursos do tipo de documentos de arquivo.

A implementação desta estrutura pode ser realizada de forma praticamente ilimitada, cabendo a cada organização fazê-lo, integrando os elementos da mesma nos seus sistemas informáticos que tiver em exploração.

Neste momento o MIP encontra-se ainda em fase de desenvolvimento pré-final tendo sido alvo de avaliação, discussão e alteração no contexto da consultoria prestada pelo IAN/TT à Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros no âmbito do seu projecto de interoperabilidade.

O MIP está disponível em linha através do sítio *web* do IAN/TT (<http://www.iantt.pt/downloads/MIPv012.pdf>) sendo solicitadas sugestões de qualquer pessoa ou organismo que entender por bem fazê-lo. Este processo de recolha de sugestões deverá terminar em fim de Dezembro prevendo-se então a publicação da sua versão final em Janeiro de 2007.

No contexto do MIP prevê-se igualmente o desenvolvimento de outros produtos relacionados, como a construção de um esquema XML que codifique os elementos constantes do esquema agora proposto.

O IAN/TT naturalmente disponibiliza serviço de consultoria para esclarecimento e processos de implementação do MIP.

Francisco Barbedo

COORDENADOR DO GABINETE DE ESTUDOS DE ARQUIVOS CORRENTES

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento apoia investigadores estrangeiros ■

Desde 1999 que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e o IAN/TT vêm assinando protocolos para atribuição de bolsas a investigadores oriundos de universidades dos E.U.A. que pretendam realizar pesquisas em fundos e colecções à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou dos Arquivos Distritais. Ascende a 39 o número de projectos apoiados no âmbito deste Programa de Bolsas – os quais, provavelmente, passaram despercebidos aos investigadores nacionais. Em benefício de uma mais ampla partilha de conhecimento, alguns dos investigadores apoiados em 2006 aceitaram preparar textos sumários sobre o trabalho de investigação desenvolvido no IAN/TT, os primeiros dos quais são agora divulgados. Os textos são da responsabilidade dos autores.*

Diamantes e Diamang no Torre do Tombo

A HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO e prospecção formal de diamantes na ex-colónia de Angola começou em 1912. Na manhã de 4 de Novembro, garimpeiros europeus encontraram sete pequenos diamantes perto do Ribeiro Musalala, no nordeste de Angola. Já estavam a ser explorados jazigos além da fronteira, no Congo Belga. Pensou-se que também podiam ser encontrados em Angola, o que foi o caso.

Cinco anos depois, em 16 de Outubro de 1917, a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) foi criada para começar explorar a área, com capital de Portugal, Inglaterra, Bélgica, África do Sul e Estados Unidos. Em 1921, a Companhia consumou um acordo com o estado colonial, dando à Diamang direitos exclusivos para explorar quase toda a colónia e prometendo apoio do Estado colonial para fornecer trabalhadores. Em troca, a Companhia teve de dar ao Estado metade dos seus lucros anuais e fornecer uma série de empréstimos para melhorar a situação fiscal da colónia empobrecida. Tanto o Estado colonial, quanto a Companhia tiraram benefícios deste acordo, visto que, durante a existência da Diamang, ela

contribuiu com milhões e milhões de dólares para o Estado. Até 1970, Angola foi o quinto maior produtor de diamantes no mundo.

Arquivos da Torre do Tombo esclarecem esta história dinâmica. Documentos e cartas da *Correspondência trocada com Dr. Oliveira Salazar – Notas e Apontamentos Diversos* revelam discussões francas entre o comandante da companhia, Ernesto de Vilhena, e o chefe de Estado, Dr. Oliveira Salazar. Estas cartas revelam as preocupações dos dois líderes, incluindo o recrutamento de trabalhadores angolanos, as relações voláteis entre os administradores coloniais e a Diamang, assim como a «campanha civilizadora» de angolanos dentro da área da companhia. Além disso, depois da descolonização do Congo Belga vizinho em 1960 e de ter deflagrado a luta pela independência de Angola em 1961, esta correspondência revela preocupações crescentes sobre a segurança da colónia e o papel da companhia nesta tarefa.

Da mesma maneira, o *Arquivo da PIDE* realça as preocupações e a cooperação posterior entre o Estado colonial e a companhia. Estas preocupações tornaram-se as mais agudas depois da independência da Congo Belga. Documentos deste arquivo revelam que a PIDE estava

convencida de que movimentos angolanos nacionalistas, tal como UPA, atacariam a área da Diamang a partir do Congo. A Companhia e a PIDE estavam inquietas com o trânsito de angolanos que atravessam a fronteira no Congo – um costume que assumiu uma importância redobrada depois de 1961.

Finalmente, o *Arquivo Antonio Oliveira Salazar* e o *Arquivo Marcelo Caetano* fornecem ao pesquisador relatórios da Diamang que foram entregues a estes importantes indivíduos, além da correspondência entre eles e outros oficiais da companhia. Estes relatórios, muitos dos quais são as únicas cópias restantes, fornecem uma ideia do recrutamento, produção e roubo na Diamang. Têm ainda muitas fotografias que esclarecem a história desta companhia fora do comum.

Todd Cleveland

UNIVERSITY OF MINNESOTA

As sesmarias na Torre do Tombo

O INSTITUTO DAS SESMARIAS, estudado exaustivamente pela Dra. Virgínia Rau para o Medievo português, fornece interessantes dados para a história do Brasil colonial. Na Torre do Tombo, as cartas de sesmarias encontram-se principalmente

em dois fundos: Registro Geral de Mercês e Chancelarias.

Do século XVI ao XVIII para o caso luso-brasileiro, encontram-se quase 4 mil registros. Encontram-se ainda poucos de sesmarias doadas em Angola e Portugal.

Nas Cortes que aconteceram nos séculos XVI e XVII, havia uma demanda por terras dos moradores de diversas vilas e a existência de problemas com sesmarias no território português, confirmando que ainda era uma instituição em uso, apesar de rara, embora a historiografia alegue seu completo desaparecimento no período moderno em Portugal. Há ainda o registro do «terceiro estado» de Palmela defendendo a importância das sesmarias.

Num recente trabalho publicado pela historiadora brasileira Laura Beck Varela está a definição das sesmarias que melhor compreende tal instituto. A autora define as sesmarias como propriedades condicionadas, ou seja, não absolutas, uma vez que deveriam preencher certos pré-requisitos e sujeitas aos ditames da Coroa, e no caso brasileiro, das autoridades coloniais.

Havia uma nuance no entendimento do cumprimento das condições as quais as sesmarias estavam sujeitas. Tal nuance não aparece nas cartas, mas nos processos jurídicos ou petições e demandas encaminhados tanto ao Desembargo do Paço quanto ao Conselho Ultramarino. Verdadeiros processos legais, estes documentos mostram a «experiência real das sesmarias» no território lusitano na América e demonstram uma discussão no entendimento do cumprimento da legislação de sesmarias que vai passar a discussão sobre domínio útil e domínio efetivo, bem como a questão de o cultivo legitimar o pedido posteriormente a uma ocupação já realizada.

Em primeiro lugar, o instituto das sesmarias criava a possibilidade da legitimação da posse pelo cultivo. Muitos habitantes da colônia faziam primeiro as suas lavouras e diante do argumento da terra cultivada, princípio básico da lei de sesmarias, requeriam a carta de sesmaria da área lavrada, como mostra o documento cedido a Marcos da Costa Castelo Branco, no ano de 1708, em reposta a sua petição de umas terras no caminho para a região das minas, onde *«mandou fazer uma roça, para que o caminho se frequentasse com mais brevidade, tendo nele os Mineiros os mantimentos necessários, de que resulta o aumento da Fazenda de Sua Majestade, (...) e quer ele suplicante que Vossa Senhoria lhe conceda uma data de terras de Sesmaria, no lugar da dita roça»*, sendo atendido já que aquelas terras estavam devolutas e não haveria prejuízo de terceiros.

Carmen Alveal

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY

Pesquisas no IAN/TT sobre a arte religiosa do antigo Reino do Congo

O ANTIGO REINO DO CONGO, localizado entre as modernas República Democrática do Congo, República do Congo e Angola, adoptou a religião cristã no fim do século quinze depois da chegada de exploradores e sacerdotes portugueses à corte do seu Rei. No âmbito de um doutorado de história da arte e da arquitectura na universidade de Harvard nos Estados Unidos, conduzo uma pesquisa sobre as influências mútuas entre o discurso religioso e as experiências formais artísticas, no contexto do encontro entre a cosmologia Congoleza e o Catolicismo europeu nos séculos dezasseis e dezoito.

As fontes de tal estudo consistem tanto nos objectos de arte de forma cristã criados pelos congoleses como nos numerosos documentos escritos que testemunham da relação entre os monarcas do Congo e de Portugal e a autoridade papal no âmbito do Padroado português.

Graças ao programa de bolsa de investigação entregue pelo IAN/TT e pela Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento, tive a possibilidade de residir durante dois meses em Lisboa para examinar o acervo da Torre do Tombo desde uma perspectiva de historiadora da arte, ou isto é prestando especial atenção à relação entre os documentos escritos dos arquivos e os objectos de arte das colecções dos museus da região de Lisboa.

Os documentos dos fundos da Inquisição na IAN/TT permitiram-me reunir informações sobre o nascimento e o desenvolvimento do catolicismo no Reino do Congo. Com efeito, os processos de Inquisição revelam as características da cristandade da África Central através da descrição feita pelos europeus dos elementos que eles tinham percebido como desvios desde a ortodoxia do modelo europeu.

Além disso, pude analisar a estrutura e a trajectória da relação económica e diplomática entre Portugal e os seus protectorados e possessões africanos. Ao estudar a história do Padroado no Reino do Congo tive a oportunidade de perceber o ambiente geopolítico no qual o catolicismo congolês nascera e pelo qual tomou a sua forma particular.

Cécile Fromont

HARVARD UNIVERSITY

* O regulamento e outra informação sobre o Programa de Bolsas está disponível em: www.iantt.pt e www.flad.pt

ARQUIVOS DISTRITAIS

B R A G A N Ç A

90 Anos 1916-2006 ■

A DIRECÇÃO REGIONAL DE Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM) celebrou 120 anos e o Arquivo Distrital de Bragança que perfez 90 anos associaram-se para organizar a exposição «Seda: reminiscências, no presente, de uma idade próspera no passado».

A agricultura e a cultura juntaram-se dando a conhecer um espólio rico sobre a indústria da sericultura na região.

A história da indústria da seda em Trás-os-Montes continua a ser um tema sedutor. O facto de a sericultura e a indústria da seda terem constituído uma componente estrutural determinante da economia transmontana levou a que o Arquivo Distrital de Bragança em colaboração com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes visse como importante a realização de uma exposição intitulada «Seda: Reminiscências no presente de uma idade próspera no passado», a decorrer desde de 04 de Novembro até 31 de Dezembro de 2006 no Arquivo Distrital de Bragança.

A exposição divide-se em três núcleos principais:

O primeiro núcleo intitulado «Trás-os-Montes: Berço da Seda» tem como tema a história da seda em Trás-os-Montes. Aqui encontramos uma cronologia, alguns breves resumos sobre a evolução da indústria da seda assim com alguma documentação do Arquivo Distrital que ilustra parte desta história.

No segundo núcleo intitulado «Regiões que se vestiram de seda» estão patentes várias peças que ilustram como se desenvolvia a produção da seda em três dos maiores focos de produção de seda



de Trás-os-Montes. Este núcleo encontra-se assim dividido em três subnúcleos: – O Real Filatório de Chacim; – Estação de Sericultura de Mirandela; – Viveiros de Freixo de Espada à Cinta.

O terceiro núcleo intitulado «Poemas em fios de seda» divide-se em dois subnúcleos onde estão patentes, no primeiro uma mostra de paramentaria religiosa e no segundo uma mostra de peças de vestuário e têxteis.

No âmbito das comemorações dos 90 anos do Arquivo Distrital de Bragança e dos 120 anos da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, a inauguração da exposição ocorreu no dia 4 de Novembro pelas 18h30 no Arquivo Distrital de Bragança, contando com a presença de S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura e diversas autoridades da região, num total de duas centenas de pessoas.

A cerimónia teve início com a assinatura do Acordo de Colaboração entre o Arquivo Distrital de Bragança e a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes com vista à definição dos termos de desenvolvimento da assistência técnica a prestar pelo Arquivo Distrital de Bragança para se proceder à incorporação da documentação de valor histórico proveniente da

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes que ficará sob a custódia do Arquivo Distrital de Bragança, a título definitivo e a sua utilização sujeita aos regulamentos internos, podendo ser objecto de todo o necessário tratamento técnico arquivístico no que respeita à conservação, acessibilidade e sua comunicação.

Procedeu-se, também, à assinatura do auto de doação do acervo bibliográfico relativo à indústria da seda que ficará sob a custódia do Arquivo Distrital de Bragança, a título de doação.

Em seguida teve lugar uma visita guiada à exposição, onde foi possível observar uma demonstração ao vivo do processo artesanal de fição da seda.

Ainda no âmbito das comemorações dos 90 anos do Arquivo Distrital de Bragança ocorreram os seguintes eventos:

- Homenagem aos Antigos Directores do Arquivo Distrital de Bragança – Cónego Belarmino Augusto Afonso, dia 2 de Dezembro
- Apresentação da Revista «Brigantia» em homenagem ao seu fundador e director Cónego Belarmino Augusto Afonso.
- Missa de 1.º Aniversário de Falecimento na Igreja da Sé – Padre Francisco Manuel Alves, reitor de Babe, dia 5 de Dezembro
- Conferência: «Revisitando a Obra do Padre Francisco Manuel Alves, Reitor de Babe» – Luís Carlos Amaral, Professor da Faculdade de Letras do Porto.

Ana Maria Afonso

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL
DE BRAGANÇA

REUNIÕES INTERNACIONAIS

COLUSO ■

NA 52.^a REUNIÃO DA SECÇÃO PORTUGUESA DA COLUSO – COMISSÃO Bilateral Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental –, foi decidido que a próxima reunião conjunta da COLUSO terá lugar em Lisboa, nos dias 11 e 12 de Outubro de 2007.

Será antecedida por um Seminário, a realizar de 8 a 10 de Outubro de 2007, patrocinado pelo Arquivo Histórico Ultramarino, em colaboração com o Centro de Estudos de História do Instituto de Investigação Científica e Tropical.

O Seminário terá como temática geral Portugal e os espaços lusófonos nos inícios do século XIX, a saída da Corte e a governação de D. João VI a partir do Brasil, realce para os tópicos centrados nas Memórias Lusófonas – Acesso e Partilha de Informação.

Foi ainda decidido que a Secção Portuguesa da COLUSO, em articulação com a Comissão do Ministério da Cultura para as Comemorações dos 200 anos da Chegada da Corte ao Brasil, procure sinergias com outras instituições que também se encontram a preparar eventos neste âmbito, nomeadamente a Comissão de História Militar e, no que concerne, às Universidades, o ênfase será dado ao Prémio D. João VI de Pesquisa, cujo processo de selecção decorrerá durante o ano de 2007. [1]

EAG – European Archives Group ■

REALIZOU-SE NO PASSADO DIA 8 DE DEZEMBRO A SEGUNDA REUNIÃO do Grupo de Arquivistas Europeus, no âmbito da Comissão Europeia.

No decorrer da reunião foram abordadas as relações de cooperação e/ou sobreposição das missões atribuídas ao EAG e a missão do EBNA – Reunião de Directores dos Arquivos Nacionais da União Europeia –, tendo-se concluído pela necessidade de continuar a aprofundar o debate no sentido de evitar duplicação de esforços.

Os responsáveis pelos vários Grupos de Trabalho constituídos para dar cumprimento ao plano de acção do EAG apresentaram os relatórios sobre o desenvolvimento dos trabalhos nas seguintes áreas: **1.** Ian Macfarlane, em nome do DLM-Forum, apresentou um relatório sobre o estado dos trabalhos, referindo a assinatura de um contrato com a CE para a viabilização da actualização do MoReq2, que se prevê estar pronto nos finais de 2007 e entrar em testes durante o 1.º semestre de 2008. **2.** Cruz Mundet, referiu os trabalhos preparatórios para a implementação de um portal europeu de arquivos. **3.** M. de Boisdeffre, traçou uma panorâmica sobre a construção de uma base de dados jurídica em matéria de arquivos, em colaboração com EURBICA. **4.** T. Lidman, apresentou os resultados de um inquérito, à escala europeia, sobre a problemática do crime de roubo de documentos. Por último Yvo Volman informou os presentes sobre a iniciativa da «Biblioteca Digital Europeia, 2010», referindo-se às várias oportunidades para os arquivos em matéria de financiamento para projectos de criação de centros de competências para digitalização e preservação digital. [1]

II Encontro de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos ■

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO II ENCONTRO de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos, realizado na Faculdade de Direito de Lisboa, em 20 e 21 de Novembro de 2006, na sequência das intervenções e debates efectuados, acordou aprovar o seguinte:

- Continuar a realização bienal do Encontro de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos, de forma a permitir o levantamento de questões, o debate e a apresentação de produtos relevantes para as ciências documentais jurídicas; nesta conformidade, decidiu esta Comissão que o III Encontro terá lugar na Faculdade de Direito de Lisboa, no final de 2008;
- Continuar a incluir nestes Encontros uma Sessão de Homenagem, dedicada a profissionais de informação e documentação ou a individualidades que se tenham distinguido pela sua actuação relevante, em prol das bibliotecas, dos arquivos ou da profissão;
- Sensibilizar as entidades responsáveis para a necessidade de:
 - 1.** Elaborar planos de preservação digital que acompanhem os actuais e futuros processos de desmaterialização de documentos;
 - 2.** Legislar sobre a titularidade dos arquivos de detentores de cargos políticos;
 - 3.** Desenvolver a primeira fase do Projecto do Catálogo Colectivo de Periódicos Jurídicos, com as actuais instituições interessadas; alargar o âmbito deste Projecto a todas as bibliotecas nacionais jurídicas ou detentoras de periódicos jurídicos;
 - 4.** No âmbito deste projecto, desenvolver novas formas de partilha e cooperação de recursos, com vantagens para a investigação jurídica, de que destacamos a criação de um portal jurídico e a digitalização dos periódicos jurídicos portugueses do século XIX;
 - 5.** Sensibilizar as entidades responsáveis para a necessidade de melhorar o acesso à informação de cidadania, através de:
 - a)** Aperfeiçoamento e melhoria da organização da informação actualmente disponibilizada;
 - b)** Melhoria da técnica legislativa, a fim de permitir um aumento de qualidade no tratamento da informação jurídica;
 - c)** Disponibilização ao público de diplomas consolidados de carácter oficial, após o necessário saneamento e consolidação legislativa;
 - d)** Chamar à participação activa nestes Encontros os profissionais que desempenham actividades de informação jurídica em bibliotecas e arquivos privados, nomeadamente os escritórios de advogados;
 - e)** Publicar as Actas do II Encontro de Bibliotecas e Arquivos Jurídicos. [1]

Apoio técnico à qualificação de Arquivos ■

DURANTE O ANO DE 2006 O IAN/TT procurou incrementar a qualidade e a capacidade de oferta de serviços de consultoria e apoio técnico, orientados tanto à valorização do património cultural arquivístico como à melhoria das práticas de gestão de documentos. O cumprimento deste objectivo passou não tanto pelo aumento dos recursos afectos à actividade, mas, sobretudo, pelo reforço da sua qualificação e pelo trabalho dos colaboradores existentes na análise e redefinição dos processos de consultoria, na clarificação dos fluxos de trabalho e de informação, na identificação das etapas críticas dos processos, na actualização e melhoria

das metodologias e das ferramentas de suporte e, ainda, na criação de um sistema de avaliação da actividade, capaz de permitir aferir regularmente o nível de satisfação do cliente, monitorizar o desempenho e, se necessário, corrigir procedimentos.

Entre os serviços centrais do IAN/TT e os arquivos distritais dependentes, 126 entidades receberam apoio técnico do IAN/TT em 2006, para um total de 168 projectos de intervenção arquivística contra 119 em 2005, o que corresponde a um incremento de 41% – valores que não contabilizam o apoio técnico corrente a processos de incorporação obrigatória nos arquivos dependentes.

O maior número de entidades apoiadas pelo IAN/TT (nomeadamente através dos arquivos distritais) situa-se ao nível da Administração Local. São, frequentemente, processos de apoio à reestruturação de sistemas de arquivo – relacionados ou não com a preparação de candidaturas ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais –, à aplicação da portaria de gestão de documentos para as autarquias, à valorização do património arquivístico local, e mesmo à implementação de sistema de certificação da qualidade, entre outros.

Cresceu o número de entidades que solicitou o IAN/TT para a pres-

Entidades apoiadas em 2006:

- Arquivo Histórico Militar
- Associação de Municípios da Alta Estremadura
- Associação de Paralisia Cerebral de Évora
- Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança
- Caixa Geral de Depósitos
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- Câmara Municipal de Alcochete
- Câmara Municipal do Barreiro
- Câmara Municipal da Batalha
- Câmara Municipal de Belmonte
- Câmara Municipal de Braga
- Câmara Municipal de Caminha
- Câmara Municipal de Elvas
- Câmara Municipal do Fundão
- Câmara Municipal de Grândola
- Câmara Municipal de Guimarães
- Câmara Municipal de Leiria
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal de Melgaço
- Câmara Municipal de Miranda do Douro
- Câmara Municipal de Mogadouro
- Câmara Municipal da Moita
- Câmara Municipal de Monção
- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
- Câmara Municipal de Oeiras
- Câmara Municipal de Palmela
- Câmara Municipal de Paredes de Coura
- Câmara Municipal de Pedrógão Grande
- Câmara Municipal de Penamacor
- Câmara Municipal de Peniche
- Câmara Municipal de Peso da Régua
- Câmara Municipal de Pombal
- Câmara Municipal de Ponte de Lima
- Câmara Municipal de Porto de Mós
- Câmara Municipal de Sabrosa
- Câmara Municipal de Santarém
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém
- Câmara Municipal do Seixal
- Câmara Municipal da Sertã
- Câmara Municipal de Sesimbra
- Câmara Municipal de Sines
- Câmara Municipal de Sousel
- Câmara Municipal de Valença
- Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira
- Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar
- Câmara Municipal de Vímioso
- Centro de Área Educativa de Castelo Branco
- Centro de Área Educativa da Península de Setúbal
- Círculo Cultural Scalabitano
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Convento de São Balsemão (Bragança)
- Diocese da Guarda
- Direcção-Geral da Administração da Justiça
- Direcção-Geral da Administração Local
- Direcção-Geral das Alfândegas
- Direcção-Geral da Empresa
- Direcção-Geral da Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
- Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
- Direcção-Geral do Orçamento
- Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
- Direcção de Finanças do Porto
- Direcção Regional de Agricultura do Algarve
- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
- Direcção Regional de Educação do Centro
- Direcção Regional de Educação do Norte
- Direcção Regional de Turismo do Algarve
- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
- Escola Secundária Emídio Garcia (Bragança)
- Escola Secundária Miguel Torga (Bragança)
- Escola Secundária Mouzinho da Silveira (Portalegre)
- Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil
- Escolas (Agrupamento de) Augusto Moreno (Bragança)
- Escolas (Agrupamento de) Paulo Quintela (Bragança)
- Escolas (Agrupamento de) Santo António dos Cavaleiros (Lisboa)
- Estádio Universitário de Lisboa
- Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa
- Família Cunha Pimentel – Casa da Calçada (Vila Real)
- Família Teixeira Homem – Casa de Samiães (Vila Real)
- Família Viscondes de Midões (Viseu)
- Fundação Eugénio de Almeida
- Fundação Portugal Telecom
- Fundação Robinson
- Gabinete de Estudos e Planeamento do MOP
- Governo Civil de Castelo Branco
- Governo Civil de Évora
- Governo Civil do Porto
- Governo Civil de Viana do Castelo
- Guarda Nacional Republicana
- Hospital Distrital de Faro
- Hospital de São João de Deus (Vila Nova de Famalicão)
- Hospital Sousa Martins (Guarda)
- Inspeção-Geral da Administração do Território
- Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça
- Instituto da droga e Toxicod dependência
- Instituto do Emprego e Formação Profissional

tação de serviços de consultoria no âmbito de projectos directamente relacionados às funções de avaliação/selecção e eliminação de documentos, nomeadamente para a elaboração ou actualização de portarias de gestão de documentos e para a elaboração de relatórios de avaliação de documentação acumulada.

Cresceu, também, o número de organismos a quem foi prestado apoio ao diagnóstico do respectivo sistema de arquivo, à elaboração de planos de classificação, à aquisição e configuração de sistemas electrónicos de gestão de documentos, e mesmo à elaboração de plano de preservação digital. [\[1\]](#)

- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- Instituto Marítimo Portuário
- Instituto Nacional de Estatística
- Instituto Nacional de Formação Turística
- Instituto Politécnico de Portalegre
- Instituto Politécnico do Porto
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil Martins (Coimbra)
- Instituto de Reinserção Social
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- Instituto Superior Técnico
- Junta de Freguesia de Santa Maria (Bragança)
- Junta de Freguesia da Sé (Bragança)
- Misericórdia de Aveiro
- Misericórdia de Setúbal
- Nerba (Bragança)
- Paróquia da Sé (Bragança)
- Polícia de Segurança Pública
- Procuradoria-Geral da República
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
- Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura
- Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente
- Secretaria-Geral do Ministério da Economia
- Secretaria-Geral do Ministério da Educação
- Secretaria-Geral do Ministério da Justiça
- Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
- Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
- Transportes Aéreos Portugueses
- Tribunal Judicial de Paços de Ferreira
- Universidade do Algarve
- Universidade do Porto

Principais Publicações em 2006 ■

Documentos técnicos de apoio à gestão de arquivos (disponíveis em www.ianntt.pt)

- Orientações para a descrição arquivística (1.ª versão). Programa de Normalização da Descrição em Arquivo – IAN/TT.
- Codificação do nome dos municípios e das freguesias (3.ª versão). Programa de Normalização da Descrição em Arquivo – IAN/TT.
- Regras básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica. Divisão de Preservação, Conservação e Restauro – IAN/TT.
- Orientações para a gestão de documentos de Arquivo no contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado. Direcção de Serviços de Arquivística – IAN/TT.
- Relatório do *workshop* realizado em 24 de Outubro no IAN/TT [Relativo às Orientações para a gestão de documentos de Arquivo no contexto de uma reestruturação da Administração Central do Estado]. Direcção de Serviços de Arquivística – IAN/TT.
- MIP: Metainformação para Interoperabilidade (v.012) [documento *draft*]. Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes – IAN/TT.
- Guia para a elaboração de cadernos de encargos e avaliação de *software* para sistemas electrónicos de gestão de arquivos. Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes – IAN/TT. (a disponibilizar até final de 2006).
- Tabela de selecção para as funções meio (a disponibilizar até final de 2006).

Instrumentos de pesquisa

- Arquivo da Casa da Calçada de Provesende: Catálogo. Arquivo Distrital de Vila Real.
- Guia de fundos. Arquivo Distrital de Bragança. (em www.adbraganca.org)
- Guia de fundos. Arquivo Distrital de Évora. (No prelo)
- Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. 15.º volume: Distrito de Bragança. IAN/TT
- Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias, 16.º volume: Distrito de Santarém. IAN/TT. (No prelo)
- Registos paroquiais do Distrito de Lisboa: Inventário (em www.adlisboa.org).
- (Novos registos nas bases de dados e actualização de ficheiros disponibilizados pelos arquivos distritais, acessíveis a partir de www.ianntt.pt).

Outras publicações

- 1936, 70 anos depois: Memória e História, Terrafal e Guerra Civil de Espanha: Catálogo de exposição. IAN/TT (em www.ianntt.pt).
- A Batalha de Ourique [...] / Tito de Sousa Larcher. Arquivo Distrital de Leiria.
- Contributos. Arquivo Distrital de Viseu. (CD multimédia).
- Estudos de Regionalismo I e II / Tito de Sousa Larcher. Arquivo Distrital de Leiria.
- Estudos Transmontanos e Durienses. Arquivo Distrital de Vila Real
- Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil / Ana Cannas. IAN/TT. (No prelo).
- Mosteiros de Cister no Distrito de Viseu. Arquivo Distrital de Viseu.

AGENDA

Exposição – até 31 de Janeiro de 2007

AO ASSINALAR-SE os 70 anos decorridos sobre o início da Guerra Civil de Espanha (18 Julho de 1936) e a entrada dos primeiros presos políticos na Colónia Penal do Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde,



(29 de Outubro de 1936) o IAN/TT divulga um conjunto de documentos provenientes de vários fundos arquivísticos da Torre do Tombo, e de outras instituições públicas e privadas.

A exposição centra-se em materiais que evidenciam os acontecimentos ocorridos fundamentalmente no ano de 1936 e, desta forma, pretende chamar a atenção para o valor dos documentos como testemunho da nossa memória colectiva.

A participação portuguesa na Guerra Civil de Espanha e toda a trama diplomática envolvida, bem como os aspectos relacionados com os trabalhos preparatórios para a escolha do Tarrafal, constituem os núcleos centrais dos materiais expostos, muito deles pela primeira vez.

O visitante depara-se em primeiro lugar com uma sala introdutória onde se encontram expostas quatro peças alusivas aos dois temas e informação síntese em cronologias. A sala, dividida por um eixo central,

separa as duas temáticas, tendo no final da primeira (Guerra Civil de Espanha) um espaço de transição constituído pela projecção de slides em fitas brancas com a intenção da decomposição de imagens com traços de memória.

O vídeo referente às principais batalhas ocorridas em Espanha no ano de 1936 tem como banda sonora canções da época e termina com a transmissão radiofónica do fim da Guerra no dia 1 de Abril de 1939.

Quanto à Colónia Penal do Tarrafal, chama-se a atenção para o facto de estar apenas retratada a primeira fase do Campo de Concentração onde foram albergados presos políticos de todos os quadrantes.

Entre os objectos expostos destaca-se o empréstimo, por Edmundo Pedro, dos exercícios de matemática das aulas ministradas por Bento Gonçalves no Tarrafal e a máquina de cortar tabaco também por ele concebida.

A reprodução, num placard, de alguns registos de presos que faleceram no Tarrafal, contrapõe-se a um memorial a eles dedicado.

A exposição culmina com a divulgação das memórias biográficas dos sobreviventes, editadas após o 25 de Abril de 1974. [1]

3rd European Conference on EAD, EAC and METS

Berlim → 24-27 de Abril 2007

1.^a Sessão

EAD – Structured finding aids and search strategies for the virtual reading room.

2.^a Sessão

EAC – Structured information on records creators and the standardisation of authority control for archives.

3.^a Sessão

METS – An international standard for structured presentation and digital preservation.

4.^a Sessão

Portals, gateways, central access points and union finding aids – the digital surplus value for archives.

Assembleias Gerais:

EURBICA, EBNA e DLM-Forum
www.instada.eu

9.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Ponta Delgada, Universidade dos Açores → 28 a 30 de Março 2007

Bibliotecas e Arquivos
– Informação para a Cidadania, o Desenvolvimento e a Inovação

SECRETARIADO:
Rua Morais Soares, n.º 43C - 1.º Dto.
1900-341 Lisboa
tel. 218161980 | fax 218154508
apbad@apbad.pt | www.apbad.pt